

# Revista **Toque Solidário**

Brasília - DF · Ano III · Edição nº7 · Abril a Julho/2016

## Estratégias de superação

Rodas de terapia comunitária integrativa no Distrito Federal

FOTO: HELENICE BASTOS

### Eventos

Governo e sociedade civil dialogam para construir a efetividade na política pública na 1ª Conferência Conjunta dos Direitos Humanos

### Panorama Cooperativo

A PEC 309/2013 estabelece que o catador e catadora de material reciclável tenham os mesmos direitos dos demais trabalhadores





## Salve os 56 anos de Brasília! Revista Toque Solidário crescendo com Brasília



Espaço para disseminação de ideias e experiências do cooperativismo, do associativismo e sua integração com os movimentos sociais em prol da cidadania.

### Revista Toque Solidário

www.ecosolbasebrasil.com.br  
E-mail: [revistatoquesolidario@gmail.com](mailto:revistatoquesolidario@gmail.com)  
Telefones: (61) 3202 7550 - 9618 7639

## Crise econômica não afeta projeto de expansão

O panorama adverso em todo o Sistema Econômico, procedente do ano de 2015, tem preocupado as Instituições Financeiras. Entretanto, as cooperativas de crédito demonstraram que a crise não afetou a sua evolução. Atualmente 7,8 milhões de pessoas e empresas se tornaram associadas às cooperativas de crédito, segundo dados do Banco Central.

Em meio aos impactos econômicos atuais, as cooperativas associadas ao Sicoob Planalto Central mantém um ritmo de crescimento acima da média do Sistema Bancário. A Central, que atua no Distrito Federal e em mais 22 cidades do Entorno, está desenvolvendo um projeto de expansão que consiste na ocupação efetiva de toda essa área.

Para o Diretor-Presidente do Sicoob Planalto Central, José Alves de Sena, o que difere o sistema financeiro cooperativista do

sistema tradicional bancário é a aproximação com o cooperado. “No nosso sistema, o cooperado é o dono do negócio, razão pela qual, ele tem participação nas decisões da Instituição e nos resultados”, relata.

Com a edição da resolução 4.434/15 que destaca novas classificações das cooperativas singulares, representadas pelas categorias: Capital e Empréstimo, Clássicas e Plenas, surge um novo formato de funcionamento do sistema de crédito cooperativo.

Contudo, de acordo com Sena, essa alteração no marco regulatório do cooperativismo financeiro não interfere no plano de expansão e mesmo com os impasses na economia, as cooperativas continuarão crescendo.

“Nossa proposta de crescimento e expansão não foi modificada, pelo contrário, está em pleno vapor. Com crise ou sem, os nossos objetivos não serão emparelhados”. Ressalta ainda, que “os tempos de crise não dificultam o crescimento do cooperativismo de crédito brasileiro”.



José Alves de Sena  
Diretor-Presidente do Sicoob Planalto Central



## EVENTOS

6. Vem Cooperar

6. Lançamentos OCDF/Sescoop - DF



FOTO: CAMILA SCHREIBER

**7** Abertas as inscrições para o concurso Elas & Elos

7. 1º workshop de Boas Práticas de Gestão



FOTO: DIVULGAÇÃO

**10** IV Conferência/DF dos Direitos da Pessoa com Deficiência

## OPINIÃO

11. Nair Bicalho: A Educação em Direitos Humanos no Brasil Hoje

12. Marcelo Pires Mendonça: Conferências Nacionais: uma invenção brasileira que deu certo

## OPORTUNIDADES

14. Agricultura familiar terá Centro de Referência em Agroecologia e Tecnologia Social

## PANORAMA COOPERATIVO



FOTO: DIVULGAÇÃO

**16** PEC dos catadores e catadoras traz direitos trabalhistas



FOTO: LUISA DANTAS

**8** 1ª Conferência Conjunta dos Direitos Humanos do Distrito Federal



FOTO: HELENICE BASTOS

## ENTREVISTA

24. Thiago Jarjour - Secretário Adjunto de Trabalho: Situação da Economia Solidária no DF

## PRÁTICAS

**18** A Cura em Comunidade

## MEIO AMBIENTE

20. Contra o mosquito Aedes aegypti

## CAMINHO DAS PEDRAS

22. Observatório Nacional da Economia Solidária promete apoio aos empreendedores e às cooperativas

## PONTO DE VISTA

23. Eustáquio Santos: Trabalhadores em Regime Precarizado



FOTO: DANI ALVES

**26** Via Sacra: teatro que transmite a fé cristã

## LEGISLAÇÃO E TRIBUTAÇÃO

29. Lei Geral do Cooperativismo e Marco Legal da Economia Solidária

30. Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil já está em vigor

# Participação e Economia Solidária

“A toda hora rola uma história  
Que é preciso estar atento  
A todo instante rola um movimento  
Que muda o rumo dos ventos  
Quem sabe remar não estranha  
Vem chegando a luz de um novo dia  
O jeito é criar um outro samba  
Sem rasgar a velha fantasia”.

(Rumo dos Ventos  
Paulinho da Viola)

Parafrazeando Paulinho da Viola nos versos da canção rumo dos ventos, é ainda muito intensa a luta dos movimentos sociais em prol da consolidação dos direitos contidos na constituição brasileira, para viabilização de espaços democráticos.

No contexto de busca de espaços relativos ao direito à propriedade, aos bens e serviços, os indivíduos participantes travam vivências com uma nova gestão imbuída de uma prática inclusiva, de cooperação mútua e solidariedade para a autogestão.

A partir da realidade local, os movimentos de Economia Solidária se empenham na construção de formas coletivas de trabalho para sair da situação de sujeitos marginalizados. Experimentam, portanto, outras formas de acesso a um novo patamar social que encaminhe para a geração de trabalho e renda.

Os laços de solidariedade são os elos que os unem propiciando a obtenção de um modo de vida melhor por meio da construção de formas de superação dos problemas sociais, econômicos e culturais do meio ao qual vivem e se relacionam.

Para viabilizar a proposta dos empreendimentos de Economia Solidária no Brasil, é necessário mais que a motivação da comunidade envolvida a empreender. É preciso a consolidação do Marco Legal da Economia Solidária (PL 4685/2012 em tramitação) para que as políticas públicas dessa economia sejam reconhecidas.



## Expediente

Revista Toque Solidário é uma publicação da Cooperativa Central de Apoio ao Sistema ECOSOL no Distrito Federal Base Brasília – Ltda. Faz parte do programa de promoção do intercâmbio de experiências, objetivando promover o fortalecimento do cooperativismo e sua integração com os movimentos e as instituições que defendem a Economia Solidária.

**Diagramação e arte final:**  
Carcará Editora Produções  
Saber Ltda - ME  
Julia Oga

**Edição:**  
Teresinha Pantoja – Jornalista RP 4104 DRT/DF

**Jornalistas:**  
Camila Schreiber  
Luísa Dantas

**Colaboradores nesta edição:**  
Eustáquio Santos  
Marcelo Pires Mendonça  
Nair Bicalho

**Revisão:** Kíssila Vasconcelos  
**Fotografias:**  
Camila Schreiber e Luísa Dantas

**Editora:**  
Carcará Editora Produções  
Saber Ltda - ME

**Periodicidade:**  
Quadrimestral (abril, agosto e dezembro)

**Circulação:**  
Distrito Federal e Entorno

**Tiragem:**  
10 mil exemplares

**Impressão:**  
H.E Soluções Gráficas Ltda – ME

**Endereço:**  
SHS - Q. 01 - Conjunto A - Lojas 36/37  
Galeria do Hotel Nacional - Brasília/DF  
CEP: 70.322-900

**Informações:**  
E-mail: revistatoquesolidario@gmail.com  
Site: www.ecosolbasebrasil.com.br  
Telefax: (61) 3202.7550  
Celular: (61) 9618.7639

**Redação / Comercial:**  
revistatoquesolidario@gmail.com



# Vem cooperar

O Sistema OCDF-Sescoop/DF promoveu, no dia 16 de março, a Campanha Nacional do Dia C no DF, com o slogan: "Ações que Constroem e Transformam Vidas". Foi um evento preparatório para o dia 2 de julho, quando acontecerá a celebração nacional, evento simultâneo em todo o Brasil. O Dia C propõe que as cooperativas intensifiquem as ações entre si e nas comunidades onde atuam, de modo a promover a transformação social.

Inscrição sua cooperativa e participe. "Buscamos um mundo mais justo, igualitário e feliz, em que haja mobilização em torno do movimento da solidariedade", disse Roberto Marazi (foto), presidente do Sescoop-DF. A campanha mostra a força do movimento cooperativista de voluntariado e exibe as ações que reforçam o papel solidário das cooperativas.



FOTO: CAMILA SCHREIBER

Para saber mais, acesse:  
<http://diac.brasilcooperativo.coop.br/>

## 1º Workshop

# Boas Práticas de Gestão

No dia 29 de março, O Sistema OCDF-Sescoop/DF realizou o 1º *Workshop* de Boas Práticas de Gestão. Objetivando promover a profissionalização das cooperativas, o evento proporcionou conhecimento sobre técnicas e ferramentas para melhorias na gestão e governança.

"Nosso objetivo é sensibilizar os dirigentes das cooperativas do DF sobre a relevância dos investimentos que precisam fazer em capacitação profissional", destacou o presidente do Sistema OCDF-Sescoop/DF, Roberto Marazi, por ocasião da abertura do evento, chamando a atenção para a importância do *Workshop* em favor da

profissionalização das cooperativas.

Marazi disse que o Sistema OCB tem se empenhado cada vez mais para trazer ferramentas de apoio ao desenvolvimento das cooperativas, e ressaltou que "nós do Sistema cooperativista do DF estamos atentos para que as nossas cooperativas estejam cada vez mais preparadas para os desafios do mercado de acordo com o seu segmento", considerou.

Por sua vez, o superintendente do Sescoop/DF, Remy Gorga, afirmou que é preciso despertar nas cooperativas a necessidade de profissionalização e, assim, melhorar a gestão, cujo resultado será uma boa governança.

Os presentes conheceram os casos de sucesso do Prêmio Sescoop de Excelência em Gestão 2015. Para apresentação de *cases* das boas práticas de gestão, foram convidados: Jonis Everton Centenaro, gerente da Assessoria de Qualida-

de e Comunicação Social da C.Vale Cooperativa Agroindustrial; Vicente Macêdo de Aguiar, sócio fundador e gestor da COLIVRE; Luiz Fernando Dutra Freitas, gerente de Estratégias, Projetos e Processos da Unimed Vitória e Ernane Pereira Marques Júnior, gerente de Operações/GEOP do Sescoop/GO.

A presidente da cooperativa de educação Cooplem Idiomas, Márcia Behnke, aposta no crescimento contínuo e acredita que os casos de sucesso agregam muito valor para estratégias futuras.

"Com os casos, sempre percebemos diversas formas de implementar melhorias nas cooperativas, com ações práticas que levam à novas ideias e crescimento da cooperativa com qualidade. O crescimento deve ser contínuo e com manutenção de qualidade", comentou a presidente da cooperativa, que já levou a faixa bronze do Prêmio Sescoop Excelência em Gestão em 2013.

## LANÇAMENTOS

No Workshop de Boas Práticas de Gestão, foram lançadas as atividades do ciclo 2016 do Sistema OCDF-Sescoop/DF.

Os Programas PAGC, PDGC, CooperJovem, JovemCoop, o sistema Sinac e o concurso Elas e Elos são ferramentas de boas práticas de gestão para trabalhar melhorias na gestão e governança das cooperativas. Confira:



**Cooperjovem** – Objetiva promover o intercâmbio entre as escolas e as cooperativas e inserir a educação cooperativa no cotidiano escolar, com projetos educacionais cooperativos.



**Jovemcoop** – Pretende capacitar jovens para gerir os negócios de forma competitiva para encarar o mercado de trabalho com confiança. A ideia é despertar o interesse do jovem pelo negócio cooperativista e seus princípios.



**Concurso Elas e Elos** – Projetos elaborados por mulheres cooperativistas. Em 2016, o tema será "Responsabilidade Socioambiental". Inscrições estão abertas a partir de 5 de abril. Prêmio de R\$ 15 mil para a vencedora.



**Sinac – Sistema Nacional de Autogestão das Cooperativas** – Plataforma *web* para organizar o registro das cooperativas, com objetivo de promover a autogestão e dar assistência ao sistema cooperativista.

**PAGC – Programa de Acompanhamento da Gestão Cooperativista** - Visa proporcionar melhorias na gestão das cooperativas e aumentar a competitividade.

**PDGC – Programa de Desenvolvimento da Gestão das Cooperativas** – Oportunidade de melhorias nas práticas de governança e aumento da segurança jurídica. Plano com a ajuda de analistas.

FOTOS: CAMILA SCHREIBER

Para dúvidas e consultas, acesse [www.dfcooperativo.coop.br](http://www.dfcooperativo.coop.br).





Governo e sociedade civil realizam 1ª Conferência Conjunta dos Direitos Humanos do Distrito Federal

## Diálogo para construir a efetividade na política pública

Entre os dias 9 a 12 de março, o Centro de Convenções Ulysses Guimarães, em Brasília, foi palco para realização da 1ª Conferência Conjunta dos Direitos Humanos do Distrito Federal, realizada pela Secretaria do Trabalho, Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos. Durante quatro dias foram discutidas temáticas relacionadas aos direitos das pessoas com deficiência, aos direitos humanos e a políticas para lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBT).

Aberto gratuitamente ao público, o evento reuniu mais de 300 pessoas e foi dividido por segmentos. Assim, ocorreu a 3ª Conferência Distrital de Políticas Públicas de Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais - LGBT; a 4ª Conferência Distrital dos Direitos da Pessoa com Deficiência e a 5ª Conferência Distrital de Direitos Humanos.

Os principais eixos temáticos abordados pelas conferências refletiram a transversalidade dos direitos humanos, por um Brasil que criminalize a violência contra o LGBT; pelos desafios na implementação da política da pessoa com deficiência – a transversalidade como radicalidade dos Direitos Humanos- e pelos direitos humanos para todas e todos com democracia, justiça e igualdade.

A 1ª Conferência Conjunta de Direitos Humanos do DF, aberta na manhã do dia 9 de março, contou com representantes do governo de Brasília e do governo federal. O secretário do Trabalho, Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos, Joe Valle, ressaltou a importância do diálogo, da credibilidade para com organizações e a responsabilidade

dos Conselhos para o enfrentamento da intolerância e convocou a sociedade para ser coautora das políticas públicas do Governo de Brasília. “Nós vamos trabalhar muito o diálogo para buscar uma relação boa de legislação e de política pública que atenda às minorias”, destacou.

Representando o governador do Distrito Federal, Rodrigo Rol-

lemborg, a primeira-dama Márcia Rollemberg compareceu ao evento e ressaltou que os diálogos ali fomentados são imprescindíveis para garantir os direitos humanos a todo e qualquer cidadão. “É o momento de diálogo, de se preparar para a conferência nacional e de construir efetividade na política pública”, ressaltou.

A representante da Secretaria

Nacional de Direitos Humanos, Juliana Moura, manifestou sua enorme alegria por ver que os direitos humanos saíram dos tratados e entraram no cotidiano da vida comum das comunidades. Por sua vez, a secretária de Segurança e da Paz Social, Márcia Alencar, afirmou que no DF “não mais impera os conceitos conservadores de segurança social, mas os da cultura da paz”.

Já Marcelo Pires, coordenador-geral de Instâncias e Mecanismos de Participação da Secretaria de Governo da Presidência da República, ressaltou a presença de mais de 9 milhões de pessoas nas 109 conferências realizadas nos últimos 13 anos de governos Lula e Dilma. “Esses números mostram que as pessoas entenderam que é preciso participar, decidir e monitorar, pois foram justamente das conferências que surgiram o SUS e vários planos e programas de governo”, alertou.

O secretário de Cultura, Guilherme Reis, prestou contas das ações da sua pasta em prol dos direitos humanos e disse que a cultura tem que ser o caminho. A deputada federal Érika Kokay (PT/DF) denunciou ameaças de retrocesso em jogo no Congresso Nacional que

querem silenciar as mulheres, as famílias e a sociedade: “Não podemos impedir que nós, mulheres, sejamos silenciadas. Precisamos de mais espaço e mais oportunidades”.

Por fim, o subsecretário de Políticas e Direitos Humanos, da Secretaria do Trabalho, Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos do DF, Coracy Coelho, afirmou no encontro que o modelo de participação social na formulação e no monitoramento das políticas públicas precisa avançar para romper os retrocessos conservadores.

### DELIBERAÇÕES

Em relação às prerrogativas aprovadas após o encerramento da plenária final, em 12 de março, mais de 50 itens foram deliberados pelos participantes no que tange aos direitos dos grupos defendidos pela Conferência.

Entre as propostas estão: instituir a Política Distrital e Entorno de Participação Social; criar mecanismos de monitoramento e controle social dos boletins de ocorrência e dos registros de lesão corporal ou homicídio decorrentes de oposição à intervenção policial; efetivar a

regulação da mídia e a democratização dos meios de comunicação, tendo como referência as resoluções da 1ª Conferência Nacional de Comunicação; garantir a manutenção do processo atual de demarcação das terras indígenas e a criação e o funcionamento regular de Conselhos de Direitos nas esferas nacional, estadual, distrital e municipal; formular o Plano Nacional de Combate à Intolerância Religiosa e o Plano Nacional de Promoção da Diversidade Religiosa em Defesa do Estado Laico; garantir a não retirada de instrumentos de trabalho das(os) catadoras(es) de materiais recicláveis e reutilizáveis por parte das forças de segurança e das agências de fiscalização; criar mecanismo específico para garantir o registro e a investigação de todos os casos de mortes de civis por policiais, bem como a publicação oficial e regular desses dados, de modo que qualquer cidadão tenha acesso a essas informações e que seja feito o mapeamento racial das mortes, com vistas ao combate sumário ao racismo nos estados, nos municípios e no Distrito Federal; revisar a Lei da Anistia com vistas à efetivação da Justiça de Transição; dentre outras.

### ETAPA NACIONAL

No encerramento na noite de sábado (12), foram eleitos 36 delegados, sendo 14 do poder público e 22 da sociedade civil, para representar o DF na 12ª Conferência Nacional de Direitos Humanos, a ser realizada em 27 a 29 de abril, em Brasília. A etapa nacional é resultado das diversas conferências realizadas em nível local, municí-

pal, regional, estadual/distrital e também das conferências livres e virtuais, espaços nos quais as discussões locais possibilitam a troca de experiências e a participação efetiva da sociedade.

Ainda durante o evento, também ocorreu a eleição dos representantes da sociedade civil para compor o Conselho Distrital de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos.

*Conferências Conjuntas de Direitos Humanos de 24 a 29 de abril de 2016.*

[www.sdh.gov.br](http://www.sdh.gov.br)



## IV CONFERÊNCIA DISTRITAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

## Para a eliminação de barreiras que impedem a inclusão

O Conselho dos Direitos da Pessoa com Deficiência do DF - CODDEDE/DF integrou a organização da IV Conferência Distrital dos Direitos da Pessoa com Deficiência, realizada pela Secretaria de Trabalho, Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos do Governo do Distrito Federal – GDF nos dias 9 a 11 de março, no Centro de Convenções Ulysses Guimarães em Brasília/DF.

Cerca de 570 mil pessoas – 22,3% da população do Distrito Federal – tem algum tipo de deficiência, segundo o censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2010). Estes números representam em torno de um quarto da população do DF.

Ser compreendido como sujeito de próprio destino, foi o resultado de uma mudança paradigmática que ocorreu (com muita luta!) nas últimas três décadas. Constituiu-se numa demanda do segmento, pois por muitos anos as pessoas com deficiência foram tratadas como “objetos” de políticas públicas. No meio do segmento

defende-se o lema de participação plena das pessoas com deficiência: “Nada Sobre Nós, Sem Nós”. Nesse sentido, o segmento defende a eliminação das barreiras culturais, atitudinais, arquitetônicas e de comunicação, ainda existentes.

“É necessário que o Estado escute as instituições representativas do segmento” defende Paulo Beck,

## PROPOSTAS

Encaminhado para as instâncias públicas responsáveis pela formulação, cumprimento e fiscalização das normas de inclusão social das pessoas com deficiência, o relatório final da IV Conferência Distrital dos Direitos da Pessoa com Deficiência foi aprovado em plenário pelos participantes do segmento e assinado pelo presidente do CODDEDE, Carlos Alberto Gonçalves Guimarães, e pelo vice-presidente, Sérgio Faria.

Cerca de 60 propostas em âmbito local e nacional foram desenvolvidas e encaminhadas sobre os seguintes eixos: Gênero, Raça, Etnia, Órgãos Gestores e Instâncias de Participação Social e Diversidade Sexual e

coordenador de Promoção de Direitos de Pessoas com Deficiência – PROMODEF, no texto base da IV Conferência Distrital dos Direitos da Pessoa com Deficiência.

“Buscaremos a consolidação das políticas públicas para garantir os direitos da pessoa com deficiência”, afirma Carlos Alberto Gonçalves Guimarães - Presidente do CODDEDE

Geracional; a Interação entre os Poderes e os Entes Federados.

A lista é encabeçada pela necessidade da criação de uma Central de Laudos para atendimento permanente de pessoas com deficiência. Normatizar a criação de ambulatório específico e disponibilização de profissionais capacitados na área para o atendimento da saúde da mulher com deficiência, incluindo equipamentos para exames que sejam acessíveis às diversas singularidades que a deficiência se apresenta foi outro ponto adicionado.

Outros itens foram incorporados, para assegurar mecanismos de acessibilidade e inclusão da pessoa com deficiência.

## A Educação em Direitos Humanos no Brasil hoje

Hoje vivemos em nosso País um movimento de inquietação e dissonância entre um Projeto Brasil Democrático e Popular, que se contrapõe a um Projeto Brasil de Perpetuação de Elites Econômicas e políticas forjadas no âmbito de profunda desigualdade social. Um Projeto Brasil de Proteção, Defesa e Promoção dos Direitos Humanos, que contrasta com um Projeto Brasil que afirma o Privilégio das Elites, que para se manterem tem que inibir as lutas das classes populares por reconhecimento, inclusão social e partilha da riqueza através de programas sociais e do poder por meio da participação democrática em diferentes instâncias institucionais e da sociedade civil.

Daí a criminalização dos protagonistas dessas lutas, em especial, o Movimento dos Sem Terra, Movimento dos Sem Teto, jovens negros das periferias urbanas, estudantes que ocupam escolas pelo direito à educação e personalidades políticas do país comprometidas com eles.

Esta oposição entre os dois Projetos de Brasil, acirrada pelos

meios de comunicação (TVs, rádios, revistas semanais, jornais nacionais) a favor do projeto das elites resultou em enorme crise política com efeitos econômicos e sociais.

Hoje no Brasil presenciamos a intolerância, a discriminação e preconceito com os estratos sociais de baixa renda, a rejeição de convivência pacífica com as diferenças, o acirramento dos ânimos nas divergências políticas, a falta de escuta ao outro, que demonstram claramente a ausência de uma cultura de direitos humanos. Isto significa um modo de pensar, sentir e agir tendo como referência as conquistas de lutas históricas por direitos econômicos (trabalho e salário dignos), sociais (educação, saúde, habitação e transporte públicos e de qualidade), civis (liberdade de expressão e de ir e vir), políticos (direito de organização e manifestação política, direito a não ser preso arbitrariamente, direito a ter a inocência presumida até que a culpa seja provada de acordo com a lei em julgamento público com todas as garantias de defesa), e

culturais (respeito ao direito à diferença, reconhecimento dos direitos dos povos indígenas, quilombolas e populações ribeirinhas e tradicionais).

No Brasil hoje a prioridade é garantir uma educação para a cidadania. De um lado, tivemos a ascensão socioeconômica de segmentos sociais miseráveis e pobres, mas eles não tiveram acesso à consciência da cidadania. De outro, as elites econômicas e políticas não aceitaram ceder parte da riqueza do país e do poder político às classes populares.

Diante desse cenário, necessitamos com urgência de educação em direitos humanos, ou seja, formar sujeitos de direitos capazes de respeito, tolerância, valorização das diversidades de gênero, étnico-racial, orientação sexual, religiosa, de opção política entre outros, para garantir valores, atitudes e práticas que sejam expressão de uma cidadania plena capaz de consolidar uma sociedade plural, justa, sem violência, democrática e feliz.

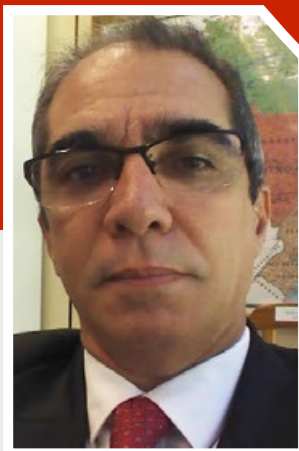
**Nair Bicalho** - Coordenadora do NEP (Núcleo de Estudos para a Paz e Direitos Humanos / CEAM/ UnB).



FOTO: DIVULGAÇÃO

é gostoso comer bem





## Conferências Nacionais: uma invenção brasileira que deu certo

*Marcelo Pires - professor de História e Geografia da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal (licenciado), estudou Filosofia Marxista no Instituto de Ciências Sociais de Moscou / Rússia (ex-URSS). Desde 2005 é Coordenador-Geral de Instâncias e Mecanismos Formais de Participação (Conselhos e Conferências Nacionais) da Secretaria de Governo da Presidência da República.*

Entre as instâncias de participação relacionadas no Decreto 8.243, que institui a Política Nacional de Participação Social (PNPS), gostaríamos de chamar a atenção para as conferências nacionais. Conforme o Decreto, conferência nacional é a “instância periódica de debate, de formulação e de avaliação sobre temas específicos e de interesse público, com a participação de representantes do governo e da sociedade civil, podendo contemplar etapas estaduais, distrital, municipais ou regionais, para propor diretrizes e ações acerca do tema tratado”.

O amadurecimento da democracia brasileira por meio da participação direta possibilitou que nosso País seja o único no mundo a adotar este modelo de construção de políticas públicas, reconhecido internacionalmente por promover o diálogo entre governos e sociedade civil para este fim. Considerando o caráter paradigmático de pôr em diálogo povo e poder público, que define o processo conferencial, entendemos que tal espaço se reveste de tamanha amplitude e inovação democrática que poderia ser aproveitado como locus principal de desenvolvimento de um processo de reforma política dos conselhos nacionais, a ser incluída

dentre suas temáticas.

De 1941 a 2015 foram realizadas 150 Conferências Nacionais, das quais 109 ocorreram entre 2003 e 2015 (destaque-se que mais de 70% do total de Conferências Nacionais ocorreram nos últimos treze anos), abrangendo 45 áreas setoriais em níveis municipal, regional, estadual e nacional e mobilizando cerca de 8 milhões de pessoas no debate de propostas para as políticas públicas.

Para o ciclo 2015/2016 mais 13 Conferências Nacionais foram convocadas oficialmente, das quais seis ocorreram em 2015 e mais sete ocorrerão em 2016. Neste ciclo estão previstas a realização de 324 conferências estaduais, nas 27 unidades da federação, antecedidas por aproximadamente 20 mil conferências municipais, milhares de conferências livres e virtuais e com o envolvimento de mais de 3,5 milhões de pessoas pelos 5.570 municípios brasileiros.

Cabe destacar que as conferências são uma conquista histórica da sociedade civil, que ao longo dos últimos doze anos têm se tornado mais participativas, efetivas e inovadoras, contemplando temáticas relacionadas aos direitos e demandas de minorias e grupos em situação de vulnerabilidade social.

Hoje a PNPS se materializa através da atuação de instâncias como os mais de 40 colegiados (conselhos e comissões nacionais), as conferências, ouvidorias, mesas de diálogo, audiências e consultas públicas, que são fundamentais para garantia de direitos no âmbito da sociedade brasileira, conforme os seguintes exemplos: Estatutos do Idoso, da Juventude, da Igualdade Racial, da Criança e do Adolescente; o Sistema Único de Saúde (SUS); o Sistema Único de Assistência Social (SUAS); a Lei Maria da Penha e os três Planos Nacionais de Políticas para as Mulheres; a criação do Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos de LGBT; a criação da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República e as três edições do Programa Nacional dos Direitos Humanos, dentre inúmeros outros.

Todas apresentarão contribuições importantes para a sociedade e demonstram a efetividade da participação social em nosso país. Importância e efetividade reconhecidas e premiadas internacionalmente em junho deste ano pela ONU, que concedeu o prestigiado United Nations Public Service Awards (UNPSA) ao Brasil, pelo “Fórum Interconselhos”,

mecanismo criado para garantir a participação da sociedade na elaboração dos Planos Plurianuais, sob a articulação do Ministério do Planejamento e da Secretaria de Governo da Presidência da República.

As conferências e conselhos nacionais estão no cerne do debate atual sobre a Política Nacional de Participação Social, mas pouco se tem discutido acerca da articulação e da necessária relação de dependência entre eles. Uma discussão que é fundamental, pois é um equívoco primário considerá-los instâncias autônomas uma em relação à outra, cabendo um profundo debate sobre o tema, tendo em consideração os avanços da democracia participativa no Brasil e a atual visibilidade que assumiu. Nesta direção, acreditamos poder caminhar para o desenvolvimento de uma relação mais orgânica entre os conselhos e as conferências nacionais como base estrutural da PNPS. Nesta nova articulação, caberia às conferências nacionais - por serem instâncias mais amplas, participativas, inclusivas e democráticas - constituírem-se em espaço de formulação e deliberação no que tange aos conselhos nacionais, quanto à eleição de seus representantes, estrutura e funcionamento e planos de ação a serem desenvolvidos por um determinado período. Assim, os conselhos nacionais, ao serem reflexo político e orgânico das conferências nacionais, legitimam-se como espaço representativo e qualificado

na organização destas, além de atuarem na formulação e execução de políticas públicas, no controle social e no monitoramento das propostas aprovadas nos respectivos processos conferenciais.

Dentre os desafios ora em tela para aproximar os conselhos nacionais dos princípios da participação social estão: promover a interação, articulação e intersectorialidade como bases para uma relação institucional e mais qualificada entre os próprios conselhos, com outros mecanismos (sobretudo as conferências, mas também ouvidorias, mesas de diálogo, audiências públicas, etc.) e com o governo federal; estimular o debate nos conselhos nacionais sobre a necessidade de reformas políticas internas abordando temas como representação versus representatividade, inovações no processo de escolha de conselheiros (como por exemplo, a eleição de conselheiros na respectiva conferência nacional), rotatividade de entidades e de representantes na composição do conselho, coordenação e organização das respectivas conferências nacionais, bem como monitorar o acompanhamento das propostas aprovadas; responder aos desafios relacionados à formação política dos conselheiros, principalmente os da sociedade civil; assegurar a institucionalização dos conselhos e conferências, isonomizá-los quanto a estrutura e funcionamento, recursos, procedimentos administrativos, composição, entre

outros; integrar todos os conselhos às novas tecnologias para que se valham de excelentes ferramentas disponíveis, indispensáveis para o diálogo com a sociedade na atualidade; promover uma campanha de “ocupação dos conselhos municipais”, fortalecendo a articulação e institucionalização entre conselhos nacionais, estaduais e municipais; valorizar as conferências como um PROCESSO e não como um evento nacional, estimulando maior participação da sociedade civil nas etapas preparatórias; e assumir a compreensão de que os processos participativos são investimentos e não custos.

A materialização da PNPS, por meio das centenas de conferências e ouvidorias, de dezenas de conselhos nacionais e de inúmeras audiências e consultas públicas, não significa que não tenhamos desafios a serem enfrentados e superados.

O fortalecimento e aperfeiçoamento de instâncias e mecanismos de participação são imprescindíveis para a implementação do Decreto 8.243. As conferências nacionais estão entre as mais vivas e efetivas expressões da democracia participativa no Brasil e representam uma evolução do método de formulação e controle social de políticas públicas por parte da sociedade civil, pois requerem o diálogo com o poder público e assim demonstram o amadurecimento político e a solidez da nossa democracia.



## Agricultura familiar terá Centro de Referência em Agroecologia e Tecnologia Social

Comercialização de produtos fresquinhos e saudáveis para o consumidor e qualificação dos agricultores familiares. Com uma iniciativa da Secretaria de Trabalho, Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos (Sedestmidh), o Centro de Referência em Agroecologia e Tecnologia Social tem o objetivo de proporcionar desenvolvimento social e gerar emprego e renda para os profissionais da área.

O Centro de Referência com inauguração prevista para o dia 23 de abril, se junta ao Centro de Capacitação e Comercialização (CCC) da Agricultura Familiar, na Central de Abastecimento do Distrito Federal (Ceasa-DF). No espaço onde funciona o Mercado da Agricultura Familiar, os agricultores serão qualificados

profissionalmente e capacitados – a meta é de 3 mil alunos por mês.

No espaço está previsto o funcionamento da Gerência de Tecnologias Sociais da Secretaria de Trabalho e programas de qualificação profissional, como o Qualifica Mais Brasília, com turmas pontuais. Além disso, o centro deve apresentar tecnologias para coleta de água da chuva, alternativas para o esgotamento sanitário, hortas urbanas e captação de energia solar.

O CCC contempla salas de aula, refeitório, alojamento, auditório, sala e cozinha equipada. Para a Diretora de Empreendedorismo, Economia Solidária e Tecnologias Sociais da Secretaria de Trabalho, Stefânia Victoreti, o espaço aproxima ainda mais o agricultor familiar.

“Nos aproximamos do agricultor para que ele possa atingir o público de forma mais efetiva e direta. O local é acessível e já está com a estrutura toda pronta. Com a possibilidade de criar cronogramas com circuitos de qualificação, o ciclo da agricultura será ainda mais fortalecido”.

### COOPERAÇÃO

O Centro de Referência em Agroecologia e Tecnologia Social é uma cooperação entre a Secretaria de Trabalho, Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos, a Central de Abastecimento do Distrito Federal, a Emater/DF, a CEASA/DF e a Fundação Banco do Brasil, esta ligada à questões de tecnologia.

Com o envolvimento de tantas entidades, o Centro representa uma sinergia entre partes, como explica o secretário-adjunto do Trabalho, Thiago Jarjour.

“A iniciativa do Secretário Joe Vale à frente da Sedestmidh irá capacitar e qualificar muitos trabalhadores. O trabalho conjunto com a Emater/DF, por exemplo, traz o conhecimento de ferramentas para desenvolvimento do empreendedorismo. Vamos gerar uma sinergia entre Agroecologia e Tecnologias Sociais com a integração no Centro”, comentou.

FOTO: CAMILA SCHREIBER

# Tá a fim de vender?

## Dica!

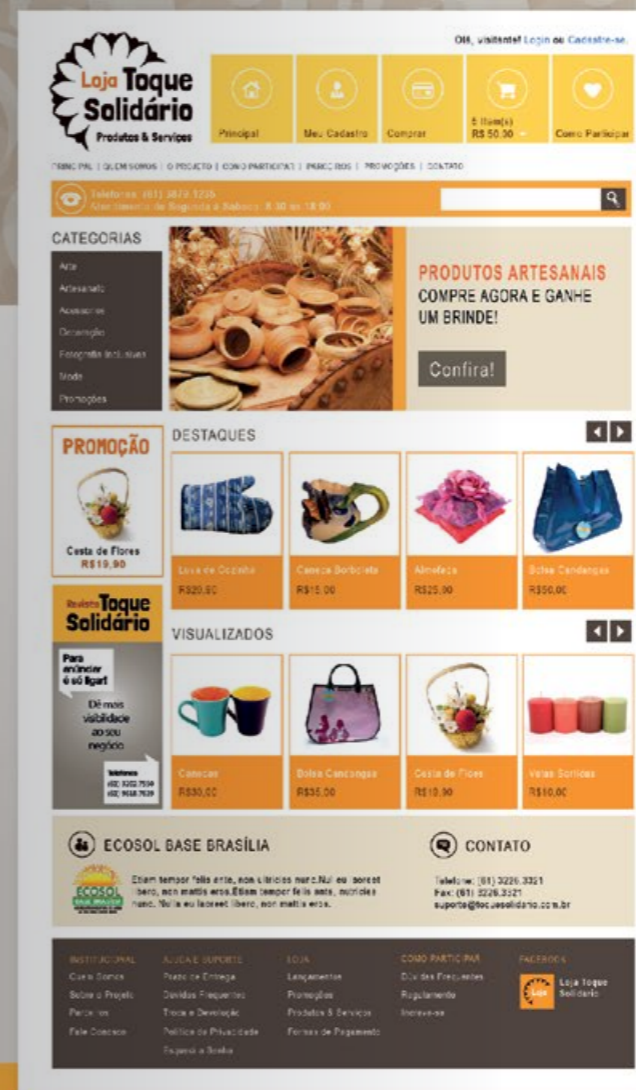
O empreendimento não paga para ter seus produtos na loja!

## O que vender?

Tudo que se encaixar no negócio solidário.

## Como participar?

Faça sua inscrição e exponha seu produto ou serviço.

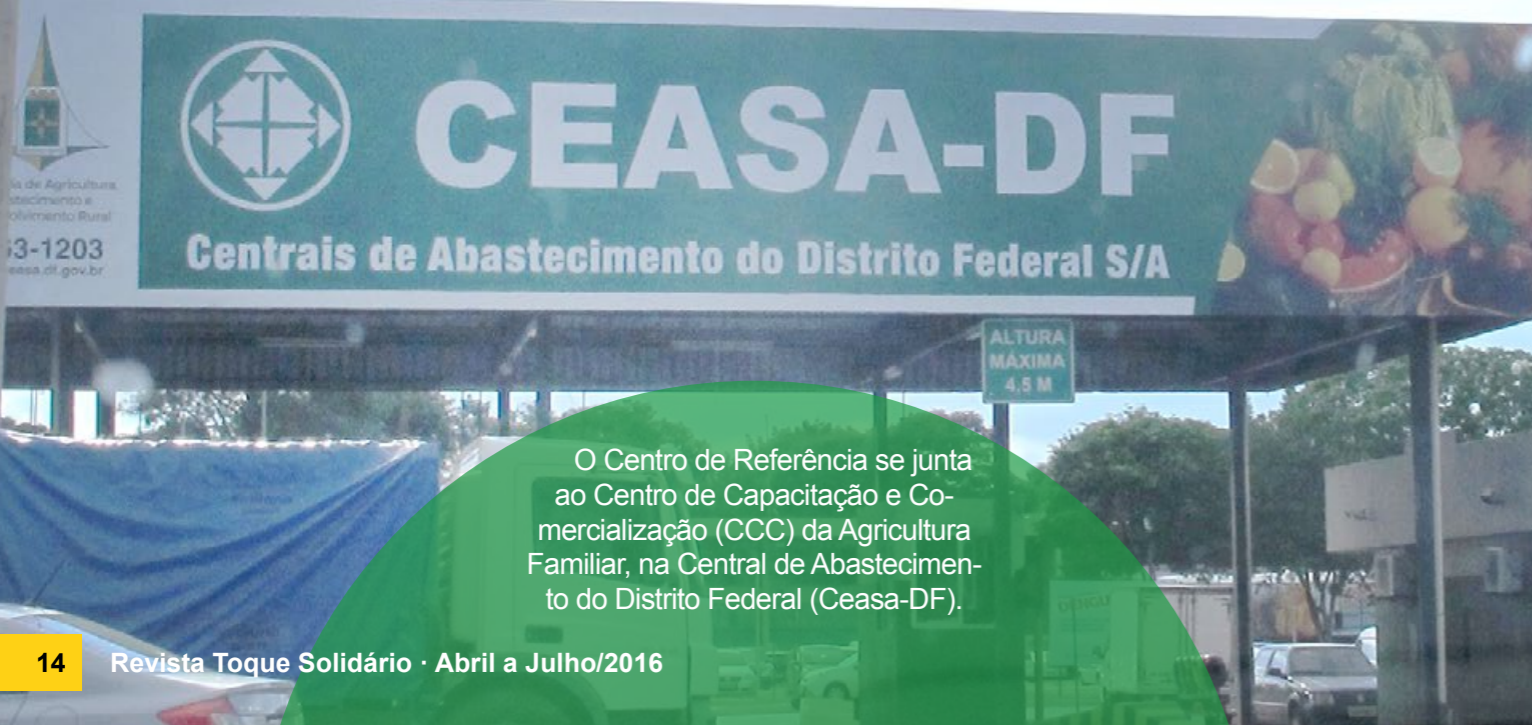


A loja virtual Toque Solidário é uma proposta da Ecosol Base Brasília para promover atividades de geração de renda, fortalecendo as práticas e os princípios do cooperativismo e da Economia Solidária, além de ampliar acesso ao mercado. Participe!

www.ecosolbasebrasil.com.br



www.toquesolidario.com.br



O Centro de Referência se junta ao Centro de Capacitação e Comercialização (CCC) da Agricultura Familiar, na Central de Abastecimento do Distrito Federal (Ceasa-DF).



# PEC dos Catadores

## Traz direitos trabalhistas a milhares de brasileiros

A PEC 309/13 dispõe sobre a contribuição para a seguridade social de catadoras e catadores de material reciclável que exerçam suas atividades em regime de economia familiar, de autoria dos parlamentares Erika Kokay (PT-DF) e Padre João (PT-MG). Erika Kokay entende que as catadoras e os catadores cumprem “uma função coletiva fundamental” à nossa sociedade e lembrou, durante a audiência, que oito em cada 10 brasileiros estão assegurados pela Previdência, enquanto que, entre os catadores, o número é dois a cada 10 pessoas incluídas no sistema previdenciário. “A PEC 309/13 trará dignidade aos catadores e lhes garantirá os mesmos direitos dos demais trabalhadores brasileiros”, disse a parlamentar.

**SEM MORTES** – Para os catadores, os riscos da atividade, e dos colegas de trabalho que morreram no Lixão da Estrutural – localizado a 12km do centro de Brasília e considerado o maior da América Latina. “Não queremos mais ver nossos amigos mortos e mutilados”, afirmou a catadora Raquel.

“Não olhem para nós, catadores, como número e sim como pessoas. Nós não podemos continuar morrendo. Se o Brasil não reconhecer nossos direitos, vamos procurar organismos internacionais”, advertiu o representante do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis no DF, Roney Silva. “Os catadores geram riquezas para este país e não tem nenhum direito trabalhista”, lamentou.

**PROPOSTA** – Coautor da PEC, o deputado Padre João pontuou que a forma de contribuição poderá ser feita por meio de alíquota especial, de acordo com a venda dos produtos. “Ainda poderia ser feito um estudo a partir da produção das empresas de vidro, papel, alumínio, aço, ferro e plástico para ver o volume de produção e a possibilidade de contribuição, com alíquota adequada, para financiar a seguridade dos catadores”, argumentou o deputado mineiro.

A PEC 309/13 estabelece que o catador de material reciclável deve se aposentar em regime semelhante ao dos trabalhadores rurais e também dos pescadores. Pelo texto, a contribuição terá como base o resultado da comercialização da produção e fica garantido aos catadores o direito de requerer a aposentadoria por idade cinco anos antes da Regra Geral da Previdência Social.

A Política Nacional de Resíduos Sólidos determinou o fim dos lixões até 2014. O prazo não foi cumprido porque não foram instaladas a coleta seletiva, unidades de reciclagem e compostagem do material orgânico.

Para o presidente da CDHM, deputado, Paulo Pimenta (PT-RS), “os problemas de direitos humanos nos lixões serão equacionados mediante duas soluções: a consolidação da Política Nacional de Resíduos Sólidos e a aprovação da PEC 309/13, que inclui o catador de material reciclável como seguro especial da Previdência Social”.

**INCOERÊNCIA** – Promotor de Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT), Roberto Carlos Batista considera incoerente a posição do Ministério da Previdência Social a um regime especial de aposentadoria para os catadores de material reciclável. Em dezembro do ano passado, o ministério emitiu parecer contrário à aprovação da proposta, sob o argumento de que não há recursos para a concessão do benefício aos catadores. De acordo com o coordenador de estudos previdenciários do ministério, as discussões a respeito do assunto

precisam ser mais aprofundadas.

Na opinião do promotor, um país que instituiu há cinco anos a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei 12.305/10) não pode ser contrário às medidas de proteção social dos catadores. Segundo Batista, a lei insere a figura do catador em todos os âmbitos de coleta, destinação e tratamento de resíduos sólidos.

“Se todo o regime caminha para incentivar a atividade do catador – existem normas federais que dão esse incentivo e que garantem a permanência desses trabalhadores –, como eles continuarão a ser tratados como uma espécie de “escravos” dentro de um Regime Democrático de Direito que se intitula o Estado Brasileiro?”, pontuou o representante do MPDFT.

**OPÇÕES DE PREVIDÊNCIA** – Atualmente, duas opções são oferecidas pela Previdência para que catadores passem a estar protegidos socialmente pelo Estado. Na primeira, o catador se filia à instituição por meio do Plano Simplificado de Previdência Social, em que o trabalhador contribui mensalmente com

11% do valor do salário mínimo. Na segunda alternativa, o catador adere ao sistema como um microempreendedor individual, contribuindo para a Previdência com o valor de 5% do salário mínimo.

Na opinião da deputada Erika Kokay, as saídas atualmente propostas pelo Ministério da Previdência não são suficientes, pois o rendimento dos catadores não suporta as contribuições sugeridas. A deputada argumenta que a aprovação da proposta em tramitação na Câmara não trará maiores impactos financeiros do que o de outras já aprovadas, neste ano, pela própria Câmara.

Erika Kokay espera que o presidente da Casa, deputado Eduardo Cunha, se sensibilize e coloque o quanto antes, na pauta do Plenário, a votação da matéria. “Nós temos um grupo suprapartidário de parlamentares que quer sensibilizar o presidente da Casa e o Colégio de Líderes para colocarem o assunto na pauta do Plenário. Tenho certeza que o parlamentar, eleito pelo voto do povo e que representa a população brasileira, não vai votar contra esta medida”, afirmou.

“Os catadores e catadoras cumprem uma função coletiva fundamental à sociedade”.

Erika Kokay  
Deputada Federal PT/DF





FOTO: HELENICE BASTOS

# A cura em comunidade

**MISMEC/DF forma terapeutas comunitários integrativos que mudam vidas**

“Quando a boca cala, os órgãos falam; quando a boca fala, os órgãos saram”. A citação é do criador da metodologia da terapia comunitária integrativa, doutor psiquiatra Adalberto Barreto e traduz em muito a prática para a presidente do Movimento Inte-

grado de Saúde Comunitária do Distrito Federal (MISMEC/DF), Helenice Bastos.

O Movimento Integrado de Saúde Comunitária do Distrito Federal pretende contribuir para o fortalecimento da cidadania, da confiança e do empoderamento do cidadão. A instituição vem desenvolvendo a Terapia Comunitária Integrativa no Distrito Federal com a formação de novos terapeutas que utilizam dessa metodologia. No Distrito Federal, já são mais de 1500 terapeutas comunitários.

A presidente do MISMEC/DF explica que a terapia é inclusiva. “Para se formar, é preciso apenas saber ler e escrever. Para participar dos grupos, não existe nenhuma exclusão”, comentou.

Helenice ainda enfatizou os benefícios da Terapia Comunitária Integrativa. “Às vezes, podemos entrar em contato com as nossas histórias de vida com a fala do outro e ter chance de conhecer outra perspectiva. Você percebe que não está sozinho e que existem estratégias de superação”, completou.

## ECONOMIA SOLIDÁRIA

O MISMEC/DF já atuou com os profissionais do ParanoArte - rede solidária de Artesanato e Cultura Popular. Para Helenice, a terapia comunitária influencia diretamente nos bons resultados dos profissionais da área. “O trabalhador precisa estar bem para produzir e, com a terapia comunitária naquele grupo, vimos mais confiança e empoderamento, com espaço para o trabalho criativo”, finalizou.

## INFORMAÇÕES:

A formação de terapeutas tem duração de 240 horas, em 10 meses, com quatro módulos, sete intervenções e 30 práticas. Todos passam pelo processo e podem criar rodas de Terapia Comunitária Integrativa em todo o Distrito Federal.

Para saber mais sobre a formação de terapeutas e dos grupos de terapia, entre em contato com o Movimento Integrado.

E-mail  
[mismecdf.secretaria@gmail.com](mailto:mismecdf.secretaria@gmail.com)

Site  
<http://circularedede.blogspot.com.br>



# Contra o mosquito *Aedes aegypti*

*Regiões administrativas do DF têm se mobilizado para garantir boas práticas ambientais e, dessa forma, impedir a proliferação de doenças como dengue e zika vírus.*

FOTOS: MARCELO CAMARGO

Diante do atual cenário de alerta em relação aos perigos do mosquito *Aedes aegypti*, o Governo Federal tem traçado uma verdadeira frente de guerra contra o inseto e, nessa batalha, o apoio da população brasileira tem sido de grande ajuda. Segundo dados da Organização Mundial da Saúde (OMS), o inseto é responsável por transmitir doenças como dengue, chikungunya e zika vírus, este último ligado a casos de microcefalia em bebês, para quase 100 milhões de pessoas ao ano.

Em todo o Distrito Federal, somente neste ano, há 1.794 casos de dengue confirmados. A área sob a responsabilidade da Administração de Brazlândia registrou 420 notificações da doença e é, atualmente, a mais afetada no DF. Contudo, todas as Regiões Administrativas do DF estão empenhadas no combate ao mosquito, realizando forças-tarefas para impedir que haja proliferação

das doenças decorrentes.

No dia 23 de janeiro, por exemplo, a Administração Regional do Gama, em parceria com a Novacap e o Serviço de Limpeza Urbana (SLU), e com a colaboração de moradores, realizou o 2º Mutirão de Limpeza do Gama. A ação contou com 80 caminhões, sete pás carregadeiras e 30 garis fizeram a coleta de lixo e entulhos por toda a cidade.

## MUTIRÕES NAS REGIÕES ADMINISTRATIVAS DO DF

Manter a cidade livre de possíveis criadouros do mosquito *Aedes aegypti* é hoje a maior preocupação das autoridades do Distrito Federal, segundo o diretor de Vigilância Ambiental, Divino Martins. Na sua opinião, a tarefa também depende da população. “Muitas vezes falta o compromisso do morador em fazer a manutenção, apesar de a gente orientar, mostrar os problemas den-

tro do espaço dele”, explica.

Em janeiro deste ano, as regiões administrativas de Brazlândia, do Gama, de Planaltina, de Sobradinho II, bem como o Lago Norte, Lago Sul e o Plano Piloto receberam atividades do Plano de Ação para o Enfrentamento das Doenças Transmitidas pelo mosquito *Aedes aegypti*, cujo grupo era composto por militares do Exército Brasileiro, bombeiros e agentes da Vigilância Ambiental, da Secretaria de Saúde, entre outros.

Desde o início da força-tarefa, em dezembro de 2015, outras nove regiões administrativas foram visitadas, como Águas Claras, São Sebastião e Varjão. Nas visitas às residências, os moradores receberam orientações sobre o acúmulo de lixo e a água parada.

Até o momento, foram recolhidas 22.882 toneladas de lixo e entulho, 24.500 imóveis foram visitados e 660 localidades foram identificadas

como possíveis focos do mosquito. Os materiais foram coletados e encaminhados para a comprovação laboratorial.

De acordo com o primeiro boletim epidemiológico da Secretaria de Saúde com dados de 2016, o Distrito Federal registrou 38 casos suspeitos de dengue até o dia 11 de janeiro, com 36 confirmados. Desse, 31 são residentes de Brasília e cinco de outras unidades da Federação.

Em relação ao mesmo período do passado, quando houve 94 casos notificados e 59 confirmados, houve redução de 64,89% e de 47,46%, respectivamente. Das regiões administrativas com mais casos neste ano, Brazlândia (13) e Planaltina (5) lideram a lista.



### DICAS PARA IMPEDIR A PROLIFERAÇÃO DO Aedes Aegypti

- Não deixar a água se acumular em recipientes como, por exemplo, vasos, calhas, pneus, cacos de vidro, latas e etc.;
- Manter fechadas as caixas d'água, poços e cisternas;
- Não cultivar plantas em vasos com água. Usar terra ou areia nestes vasos;
- Tratar as piscinas com cloro e fazendo a limpeza constante;
- Manter as calhas limpas e desentupidas;
- Avisar um agente público de saúde do município caso exista alguma situação onde há o risco de proliferação da doença.

## DOENÇAS, SINTOMAS E TRATAMENTOS

Tanto a dengue como a chikungunya possuem sintomas e sinais parecidos. Enquanto a dengue se destaca pelas dores no corpo, a chikungunya se destaca por dores e inchaço nas articulações. Já a zika vírus é composta por uma febre mais baixa, ou até mesmo ausência de febre, muitas manchas na pele e coceira no corpo. Entenda melhor como cada doença afeta o corpo:

**DENGUE** – O primeiro sintoma é a febre alta, entre 39° e 40°C. Tem início repentino e geralmente dura de 2 a 7 dias, acompanhada de dor de cabeça, dores no corpo e articulações, prostração, fraqueza, dor atrás dos olhos, erupção e coceira no corpo. Pode haver perda de peso, náuseas e vômitos. A principal complicação é a desidratação grave, que ocorre sem a pessoa perceber. Para a doença em si, não há tratamento específico, são tratados apenas os sintomas. A recomendação é que as pessoas se hidratem muito e fiquem em repouso. É recomendado ficar em casa e usar repelente.

**CHIKUNGUNYA** – Apresenta sintomas como febre alta, dor muscular e nas articulações, dor de cabeça e erupção na pele. Os sinais costumam durar de 3 a 10 dias. A principal complicação é a permanência, por longo tempo, das dores e inchaço nas articulações, às vezes impedindo as pessoas de retornarem às suas atividades. O tratamento é o mesmo utilizado para dengue.

**ZIKA VÍRUS** – Tem como principal sintoma as erupções na pele com coceira, febre baixa (ou ausência de febre), olhos vermelhos sem secreção ou coceira, dor nas articulações, dor nos músculos e dor de cabeça. Normalmente, os sintomas desaparecem após 3 a 7 dias. As complicações mais observadas têm sido as manifestações neurológicas como paralisia facial e fraqueza nas pernas, a exemplo do desenvolvimento da Síndrome de Guillain-Barré.

Quanto ao tratamento, este é igual à dengue e à chikungunya. No caso do diagnóstico em gestantes, há o risco de o bebê desenvolver microcefalia, que pode afetar o desenvolvimento neurológico, psíquico e motor. Mesmo quando o zika for comprovado durante a gravidez, não há como evitar o desenvolvimento de microcefalia no pré-natal.



Combate ao mosquito para evitar a proliferação.





ILUSTRAÇÃO: FÁBIO OKI

## Observatório Nacional da Economia Solidária promete apoio aos empreendedores e às cooperativas

No dia 28 de março, o Ministério do Trabalho e Previdência Social (MTPS), em parceria com o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), lançou o portal do Observatório Nacional da Economia Solidária e do Cooperativismo, com objetivo de dar mais visibilidade à Economia Solidária no Brasil.

Além disso, o portal possibilitará conhecer as características dos territórios onde sua empresa está presente, apoiar os empreendimentos solidários, bem como virar uma ferramenta para gestores e organizações coletivas na elaboração de planos, na formulação de

agendas, no desenvolvimento e no monitoramento de políticas públicas para o setor.

O acesso à plataforma virtual poderá ser realizado por qualquer pessoa de forma livre e gratuita. O usuário poderá, ainda, contribuir com sugestões ou tirar dúvidas por meio da opção 'Fale Conosco'.

### INOVAÇÕES

O Observatório Nacional da Economia Solidária reúne indicadores, estatísticas, mapas e perfil das organizações e empreendimentos do segmento no Brasil. Também é possível buscar informações sobre o associativismo popular, coopera-

tivas da agricultura familiar e de catadores de materiais recicláveis no Brasil, regiões, estados e municípios.

Em 2016, o portal também vai incluir informações sobre os empreendimentos que fornecem para o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) do Ministério do Desenvolvimento e Combate à Fome e outros dados do Dieese.

•••••  
• Link para acesso  
• <http://ecosol.dieese.org.br/index.php>

• *Página já está disponível e reúne indicadores, estatísticas, mapas e perfil das organizações e empreendimentos da Economia Solidária.*

### DICAS

Para inovar e apostar em soluções criativas para alavancar as vendas, fidelizar clientes e oferecer produtos com qualidade e preço acessível:

1. Ofereça soluções atrativas e práticas para atrair o público-alvo e ajudar os clientes a alcançar os objetivos, como promoções, preços mais acessíveis e amostras grátis.
2. Pense no seu produto como parte do valor que você oferece. Não basta vender mais: é preciso vender com qualidade para evitar retrabalho, problemas, reclamações e até mesmo, evitar transformar clientes em inimigos.
3. Use um ciclo de vendas mais longo e promova *networking*. A melhor propaganda ainda é o boca a boca e a publicidade gratuita, que os próprios clientes promovem.
4. Concentre-se em oferecer soluções genuínas e aposte em soluções diferentes.
5. Diga a verdade e crie uma reputação.
6. Saiba quando afirmar a sua experiência em vendas.
7. Renda-se ao mundo virtual e leve seus negócios para a Internet. Atualmente, é o melhor e maior lugar para potencializar clientes.
8. Obtenha *feedback*. Você precisa saber no que é bom e o que pode melhorar.
9. Treine sua equipe para priorizar o cliente.
10. Lembre-se: venda valor, não venda preço.

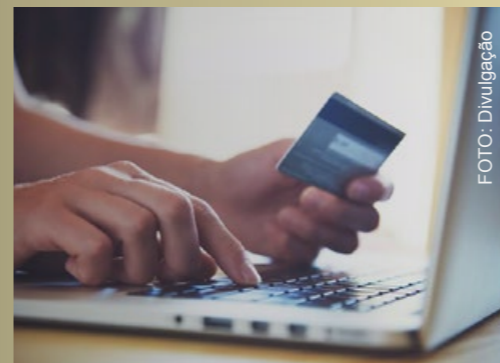


FOTO: Divulgação



**Eustáquio Santos**  
Presidente da Cooperativa  
ECOSOL Base Brasília

## Trabalhadores em Regime Precarizado

Os deputados federais pelo PT de Minas Gerais e Distrito Federal, Padre João e Érica Kokai apresentaram, em 2013, Projeto de Emenda ao art. 195 da Constituição Federal de modo a permitir que o catador de materiais recicláveis possa recolher contribuição previdenciária sobre o valor do produzido a cada mês, com benefício da aposentadoria posteriormente.

Entendem que aqueles trabalhadores têm renda muito baixa para recolher 5% do salário mínimo como o fazem os Microempreendedores Individuais – MEI. São, segundo eles, 500 mil trabalhadores sem acesso à Previdência. Os catadores são responsáveis pelo recolhimento dos resíduos sólidos, fonte de matéria prima.

Apesar de a Lei Federal ter definido o prazo de até agosto de 2014 para a implementação da Política Nacional de Resíduos Sólidos, com o fim dos lixões e estabelecimento de coleta seletiva e gerenciamen-

to dos resíduos sólidos, isso não aconteceu e os catadores continuam a se arriscar nos lixões.

Assim como os catadores, há um número significativo de trabalhadores que atuam em situação precária e sem a segurança do emprego fixo. São vendedores de frutas em tabuleiros em vias públicas ou em carros improvisados; vendedores de sorvetes, picolés, de comida, pamonha, bolo, salgadinhos, doces em caixa portáteis ou bicicletas, de panos de prato, de sacos de lixo, de água engarrafada em semáforos, etc.

São trabalhadores que não contam com férias remuneradas, com 13º salário, com auxílio alimentação, auxílio transporte e lutam diariamente para sustentar suas famílias. Todos esses trabalhadores estão abaixo das condições vivenciadas pelos Microempreendedores Individuais e requerem atenção especial.



## “No momento atual, investimos no Centro de Referência e em calendários de formação dos profissionais de Economia Solidária”

Com as diversas mudanças na estrutura de GDF, os projetos de Economia Solidária não evoluem conforme o esperado pelos empreendimentos econômicos solidários e segmentos envolvidos. A Diretoria de Empreendedorismo, Economia Solidária e Tecnologias Sociais da Secretaria de Trabalho, Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos (Sedestmidh) tem se proposto a fortalecer a atividade e expandir a prática para contribuir com a geração de renda.

O Secretário Adjunto de Trabalho, Thiago Jarjour, falou sobre a situação da Economia Solidária no DF:

### Qual a situação da Economia Solidária no Distrito Federal?

A Economia Solidária ainda está em fase de consolidação no Brasil e procuramos inserir cada vez mais a prática no Distrito Federal. A Lei Distrital 4.899/2012 - que institui a política distrital de fomento à Economia Popular e Solidária - não foi regulamentada. Nosso papel é dar todo o apoio possível para que a Economia Solidária seja sustentável. Para isso, criamos o Circuito Ecosol, por exemplo. O nosso maior empenho é em expandir essa prática.

A Lei Distrital 4.899/2012, era vinculada à antiga Secretaria de Micro e Pequena Empresa, encarregada pela Economia Solidária. Com a mudança de estrutura de diversas secretarias na nova gestão de governo, a atividade econômica é agora acompanhada pela Secretaria de Trabalho, Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos (Sedestmidh). A Lei tem de ser vinculada à nova Secretaria.

### Como a Diretoria de Empreendedorismo, Economia Solidária e Tecnologias Sociais atua na prática em prol da Economia Solidária?

Acompanhamos o Fórum de Economia Solidária e fazemos entendimentos com os empreendimentos econômicos solidários sobre a promoção de atividades inerentes.

### Quais são as atividades e políticas públicas já consolidadas da Economia Solidária no DF?

No momento atual, investimos no Centro de Referência e em calendários de formação dos profissionais de Economia Solidária. Além disso, estamos procurando parceiros e novos locais de comercialização dos empreendimentos. Com a regulamentação do Conselho de Economia Solidária, encontraremos a melhor forma de atuar nas políticas públicas, onde a sociedade e as organizações também participam.



Thiago Jarjour –  
Secretário Adjunto de Trabalho

### Qual a previsão para a instalação do Conselho de Economia Solidária?

Após a vinculação da Lei Distrital 4.899/2012 à Secretaria de Trabalho, Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos (Sedestmidh), poderemos regulamentar o Conselho de Economia Solidária novamente por meio do Decreto 35.601, de julho de 2014. O último regimento foi julho de 2014, mas o Conselho não entrou em funcionamento. Faremos novamente este processo, que já está em tramitação.

### AGENDA ECONOMIA SOLIDÁRIA

7 e 8 de abril - Circuito Ecosol - Setor Bancário Norte\*

11, 12 e 13 de agosto - Circuito Ecosol - Taguatinga, Praça do Relógio\*

12 a 18 de dezembro - Semana da Economia Solidária, já no Centro de Referência em Agroecologia e Tecnologia Social.

17 e 18 de dezembro - Circuito Ecosol - Parque da Cidade\*

### FIQUE LIGADO!

\*Os locais poderão ser alterados. Acompanhe as novidades!

# Por causa de você!



## ECOSOL BASE BRASÍLIA

### COOPERATIVA CENTRAL DE APOIO AO SISTEMA ECOSOL NO DF

Conheça nossos projetos:



Estimulamos a promoção social, a geração de renda e a difusão da cultura solidária e inclusiva por meio do fortalecimento das práticas e dos princípios do associativismo, do cooperativismo e da solidariedade em defesa dos direitos sociais.





# Teatro para anunciar e transmitir a fé

*O Grupo Via Sacra de Planaltina/DF se reúne há 43 anos para encenação da Paixão e Morte de Cristo e atrai multidão.*

Cerca de 55 mil pessoas (dados da Polícia Militar), acompanharam a encenação da Via Sacra no Morro da Capelinha (Planaltina/DF) na sexta-feira da Paixão, 25 de março. O evento contou ainda com a Via-Sacra da Criança, com 250 atores mirins em encenação organizada pela Paróquia São Sebastião, em Planaltina, há 20 anos. No domingo seguinte ao evento, bandas católicas da região fecharam a celebração com shows.

Outras Regiões Administrativas do Distrito Federal também fizeram apresentações da Via-Sacra em áreas públicas. Contudo, todos os anos, o Morro da Capelinha, em Planaltina-DF, se torna o prin-

cipal cenário de representação da fé cristã. A tradicional encenação da Paixão e Morte de Jesus Cristo do Grupo Via Sacra de Planaltina, que usa o teatro para anunciar e transmitir a fé, se organiza há 43 anos em prol de um mesmo objetivo: evangelizar.

A iniciativa da Via-Sacra é do Padre Aleixo Susin, quando em 1973 teve contato com o Morro da Capelinha e idealizou a Via-Crucis de Jesus como uma representação de fiéis para professar a própria fé. A tradicional Via-Sacra do Distrito Federal reúne em média 130 mil pessoas na cena da sexta-feira da Paixão.

A coordenadora-geral do grupo,

Maíra Vieira Franco, explica que todos os envolvidos – cerca de 1050 intérpretes da paixão e morte de Jesus Cristo e 350 nos bastidores e apoio – são voluntários da própria cidade, que se preparam o ano todo para aquele momento especial.

“Não recebemos honorários, nos reunimos a fim de realizar um momento de fé através do teatro. Trabalhamos o ano todo e nos preparamos 40 dias antes da sexta-feira da Paixão entre ensaios e montagens do palco”, complementou.

Os atores representam os personagens bíblicos, como Jesus Cristo, Maria, Pôncio Pilatos, os apóstolos, cavaleiros romanos, trabalhadores da região, entre outros. A encenação é completa e traz momentos da Paixão de Cristo como a condenação de Jesus, o recebimento da cruz, a crucificação, morte e ressurreição.

## RECURSOS

De acordo com o Governo de Brasília, a Via-Sacra realizada em Planaltina este ano recebeu R\$ 500 mil proveniente de emenda parlamentar do deputado distrital Claudio Abrantes (Rede) e outros R\$ 200 mil da Secretaria de Cultura. A pasta se comprometeu a liberar mais R\$ 267.895,96 descentralizados do crédito orçamentário

para a Administração Regional de Planaltina arcar com custos de energia elétrica.

O deputado Claudio Abrantes destinou ainda R\$ 200 mil para a encenação da Via-Sacra dos Surdos. A 8ª edição do evento em 2 de abril, no Núcleo Bandeirante, é apresentada em Língua Brasileira de Sinais com tradução simultânea.



FOTO: DIVULGAÇÃO



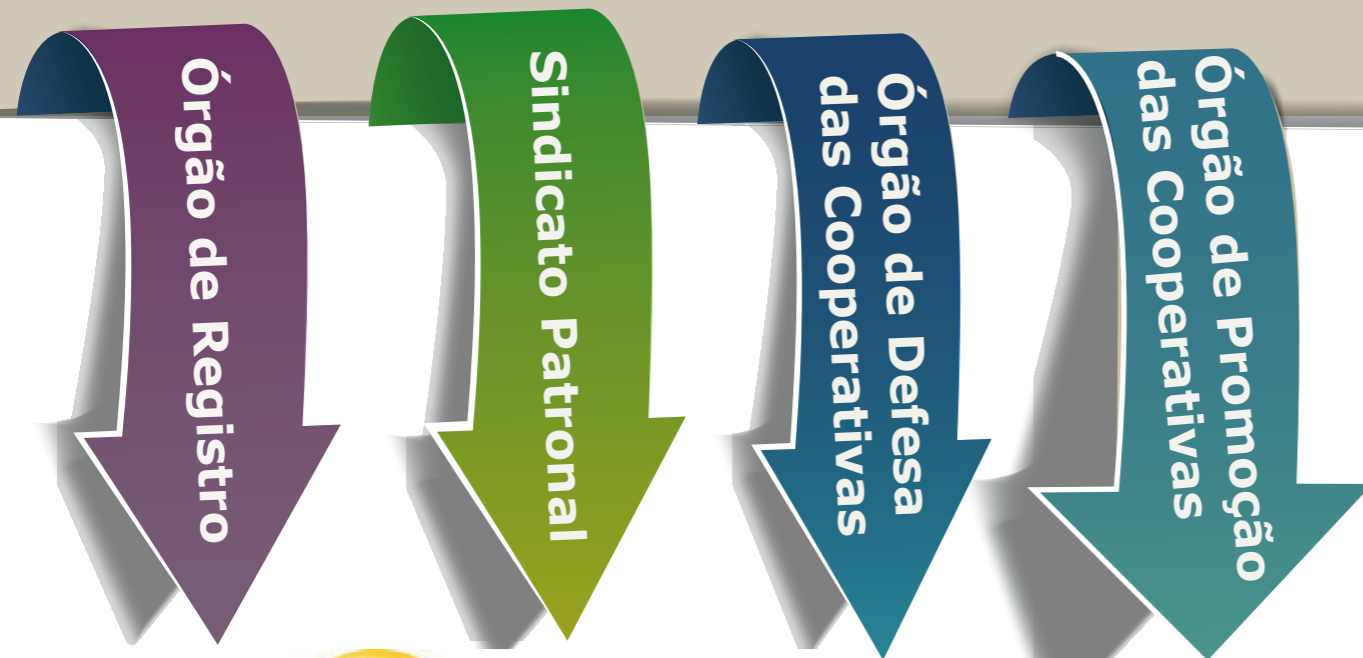
FOTOS: DANIALVES



# Cooperativa que não se registra na OCDF

## não é legal

(Art. 107 da Lei 5.764/71)



### Sistema OCDF

FECOOP CO/TO - OCDF - SESCOOP/DF

Semeando no presente as bases do cooperativismo do futuro

**MISSÃO:**  
Representar, defender,  
desenvolver e difundir  
o cooperativismo  
no Distrito Federal.

## Lei Geral do Cooperativismo aguarda aprovação na Câmara dos Deputados

O Projeto de Lei (PL 519/2015) que modifica a Lei Geral do Cooperativismo, de 1971, aguarda tramitação na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP) da Câmara dos Deputados desde 13 de novembro de 2015. A proposta está sendo revisada pelos deputados e está sob relatoria do deputado Lelo Coimbra (PMDB/ES).

O texto permite que a gestão das cooperativas fique a cargo de conselho de administração, que pode ser apoiado por diretoria executiva, e estabelece ainda que a escolha dos administradores do colegiado deve ocorrer em processo separado da eleição do conselho fiscal. Para Lelo

Coimbra, a medida deixa o sistema de controle e administração das cooperativas mais robusto.

“O importante é que esse sistema se aprimore e se modernize, no sentido de ter gestão que atenda aos pressupostos modernos hoje. Porque não tem sentido você ter sob sua responsabilidade uma centena de cooperados que remuneram o trabalho de sua cooperativa sobre uma gestão que não é temerária. Então o importante é que a gente prepare o sistema cooperativo para que ele seja capaz de estar habilitado com gestão de qualidade”, revela.

O novo PL substitui dois projetos de lei do Senado que tramitavam

em conjunto: PLS 3/2007 e PLS 153/2007, respectivamente do senador à época Osmar Dias (PDT/PR) e do senador Eduardo Suplicy (PT-SP), apresentado pela senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR), na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), em dezembro de 2015.

### MUDANÇAS

Entre as principais modificações no relatório aprovado estão: a criação do Certificado de Crédito Cooperativo, cuja intenção é fomentar a capitalização das cooperativas; e a definição de um modelo de recuperação judicial especialíssimo (moratória) e adequado à realidade das sociedades cooperativas. Destaca-se, também, a previsão da possibilidade de celebração de contratos de parceria, com concentração econômica benéfica aos cooperados e à expansão de suas atividades.

## Marco Legal da Economia Solidária aguarda parecer na Câmara

O projeto de lei 4685/2012, que dispõe sobre o Marco Legal da Economia Solidária, está aguardando parecer na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania na Câmara dos Deputados (CCJC) para continuar caminhando em direção à aprovação pela Casa.

O projeto já foi aprovado por unanimidade na Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR) e, em novembro de 2015, teve designado como relator o deputado Décio Lima (PT/SC).

De autoria do deputado Paulo Teixeira (PT-SP) e de outros sete deputados da base do governo, o projeto institui a Política Nacional de Economia Solidária e o Sistema Na-

cional de Economia Solidária, além de criar o Fundo Nacional de Economia Solidária (FNAES).

Pela proposta, os empreendimentos econômicos solidários serão classificados como sociedades de caráter econômico sem finalidade lucrativa, podendo ser organizados sob a forma de cooperativas, associações, clubes de troca, empresas autogestionárias, redes de cooperação, entre outras.

Paulo Teixeira ressalta que os empreendimentos caracterizados pela autogestão coletiva e pela igualdade dos seus integrantes terão acesso a linhas de financiamento do governo federal e a programas, projetos e ações voltadas à educação, formação e qualificação

de profissionais da Economia Solidária.

“A existência de uma política pública apoiada nos recursos que comporão o citado fundo, além das diversas atividades de governo voltadas para o desenvolvimento da Economia Solidária, darão o impulso que falta para que esses empreendimentos possam deslanchar e progredir”, argumenta.

O projeto define como um dos objetivos da Política Nacional da Economia Solidária a democratização do acesso a fundos públicos, instrumentos de fomento, meios de produção, mercados e às tecnologias necessárias ao desenvolvimento de práticas econômicas e sociais solidárias.



# Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil já está em vigor

Já está em vigor, desde 23 de janeiro deste ano, o Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (MROSC), por meio de sanção da Lei nº 13.204/15. A norma estabelece novas regras para as parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil (OSCs), que, segundo levantamento feito em 2015 pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), em parceria com a Secretaria de Governo da Presidência da República, somam 323 mil, e traz importantes alterações ao texto da Lei nº 13.019/2014, que trata das parcerias entre Poder Público e OSCs, mas também altera outras leis, com relevantes impactos para as organizações da sociedade civil em geral.

Na prática, a realização de convênios entre os governos federal, estadual e municipal e essas organizações fica extinta. A partir de agora, para celebrar parcerias, as organizações da sociedade civil deverão comprovar tempo míni-

mo de existência, sendo três anos para atuar junto com a União, dois anos com Distrito Federal e estados e um ano com municípios. Nesse último caso, a lei passará a valer em janeiro de 2017.

## O QUE MUDA?

Uma das novidades mais importantes é a abrangência nacional da nova legislação, que tem caráter nacional e passa a estabelecer as mesmas regras para a União, o Distrito Federal, estados e municípios firmarem parcerias com as organizações. Outro ponto do texto é a obrigatoriedade de uma chamada pública para firmar parcerias com as organizações. A expectativa é que a medida dê mais transparência na aplicação dos recursos públicos e amplie as possibilidades de acesso das organizações da sociedade civil a esses recursos.

Além disso, a lei tem dois aspectos fundamentais, que são as relações de “fomento”, ou seja,

em casos de incentivo à criação e desenvolvimento de iniciativas que já são realizadas pelas organizações da sociedade civil e, os de “colaboração”, no caso de uma co-operação das organizações para a execução das políticas públicas elaboradas pelo governo.

## RELEMBRE

Por mais de dez anos, o Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil tramitou no Congresso Nacional. Para a Secretaria de Governo da Presidência da República, a entrada em vigor da legislação constitui um avanço na democracia e estabelece regras claras para o acesso legítimo, democrático e transparente aos recursos públicos, além de mecanismos eficazes para coibir fraudes e o mau uso dos recursos públicos.

A lei é fruto do Projeto de Lei de Conversão (PLV) 21/2015, proveniente da Medida Provisória 684/2015, cujo relator foi o deputado Eduardo Barbosa (PSDB/MG).

força na esfera pública. No dia 29 de outubro de 2015, a Câmara dos Deputados vetou o Decreto nº 8.243, que busca regulamentar a participação social. O Senado ainda analisará a derrubada da Política Nacional de Participação Social, mas já deu sinais de que a maioria da Casa deve acompanhar os passos da Câmara.

## NOTA

**Decreto nº 8.243:** Sancionado em 23 de maio de 2014, o decreto regulamenta e cria condições para que os conselhos e conferências nacionais, entre outros instrumentos de participação popular, sejam fortalecidos para que a democracia participativa ganhe

## Empréstimos com as melhores taxas e prazos

- > Crédito rejuvenescimento  
cirurgia plástica, correção e rejuvenescimento;
- > Crédito pessoal de curto prazo;
- > Crédito pessoal de médio prazo;
  
- > Crédito consignado  
Polícia Civil, Militar e Corpo de Bombeiros do GDF;
- > Financiamento ou refinanciamento de automóveis;
- > Financiamento de imóveis;
- > Carta fiança;

## Linhas de investimento com os melhores juros

- > Aplicação financeira;
- > Poupança férias  
deposite mensalmente e ganhe juros para a sua viagem;
- > Poupança programada;
- > Poupança Kid's  
nós calculamos para você o valor necessário para a faculdade do seu filho;

Seguros de automóveis, vida, residência e outros!

Financiamento para projetos e prestação de serviço financeiro para Cooperativas e Associações.

Os ganhos da cooperativa aumentam o seu capital, na COOSERVCREC O ASSOCIADO É DONO.





**soluções gráficas**

SIG Q. 8 - Lote 2265  
Parte D - Térreo  
Brasília / DF  
CEP: 70.610-480

FONE/FAX: (61) 3344.9978 E-MAIL: [hsolucoesbsb@gmail.com](mailto:hsolucoesbsb@gmail.com)